



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08059748720208205001

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDENCIA S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

DA AUSÊNCIA DE SEQUELA EM SEDE ADMINISTRATIVA

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável, e a conclusão nesta seara foi pela ausência de invalidez permanente, pois não apurada qualquer limitação do seguimento específico quanto ao PÉ DIREITO.:

BARBOSA	
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA	
Data da análise:	26/08/2019
Valoração do IML:	0
Perícia médica:	Não
Diagnóstico:	TRAUMA CONTUSO DO PÉ DIREITO COM FRATURA DO TÁLUS.
Resultados terapêuticos:	TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA. PÁG 3
Sequelas permanentes:	
Sequelas:	Sem sequela
Documento/Motivo:	Recusa – Sem Sequelas (Evolução Sem Sequela Permanente)

Verifica-se clara divergência no que diz respeito à existência de lesão indenizável, visto que a avaliação médica assinada pelo perito foi direcionada ao PÉ ESQUERDO.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
<u>Pé esquerdo</u>	() 10% Residual (<input checked="" type="checkbox"/>) 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
2ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Ocorre que, o perito administrativo, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu que os danos suportados pela parte autora não se apresentaram suficientes a acarretar uma invalidez permanente, de forma contrária ao que tenta fazer crer o perito judicial, devendo tal situação ser devidamente considerada por esse d. Juízo.

Destaca-se que não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada, requerendo que seja a presente demanda julgada improcedente, e, extinta com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE – NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTO – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**¹.

Isso se deve ao fato de que os documentos médicos não comprovam que a invalidez apresentada seja decorrente do acidente em questão.

Em que pese o laudo apontar que a vítima resto inválida do perito esquerdo, indicando que a lesão teria sido do TALUS DO PÉ ESQUERDO, a documentação médica não corrobora com isso:

Verifica-se que embora o pedido de radiografia tenha sido para o pé Esquerdo, o diagnóstico aponta o pé Direito.

Sem dúvida alguma os documentos não deixam claro que a vítima tenha sofrido efetiva lesão em pé esquerdo, bem como não há pedido de exame para ao pé direito, embora exista a conclusão pela fratura deste pé.

Com isso, a fim de esclarecer estes fatos, se faz necessário que seja expedido ofício o hospital onde foi prestado o primeiro atendimento a fim de que informem qual dos pés foi lesionado em razão do acidente.

¹SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

Entendendo desnecessária tal prova, se impõe-se a improcedência da ação, visto que os documentos médicos não comprovam de maneira inequívoca que houve a fratura apontada no laudo produzido.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 27 de outubro de 2020.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN